

## **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2018**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:**

**DATA DE REGISTRO NO MTE:**

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:**

**NÚMERO DO PROCESSO:**

**DATA DO PROTOCOLO:**

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO EST MT, CNPJ n. 26.566.471/0001-55, neste ato representado por \_\_\_\_\_  
E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS, DE ASSEIO, CONSERVACAO E LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA, neste ato representado por \_\_\_\_\_  
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores das empresas de asseio, conservação e locação de mão-de-obra**.

#### **Salários, Reajustes e Pagamento**

##### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS, SALÁRIOS E GRATIFICAÇÕES NAS LOCAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA EM GERAL**

A partir do dia 1º de janeiro de 2018, O PISO ANTERIOR e a GRATIFICAÇÃO POR ASSIDUIDADE, sofrerão reajustes nos seguintes termos:  
**DOS SALÁRIOS E GRATIFICAÇÕES POR ASSIDUIDADE**

A partir de 01 de janeiro de 2018, fica assegurado, aos empregados que não faltarem injustificadamente, o pagamento de gratificação por assiduidade.

I - Ficam estabelecidos os pisos salariais e respectivas gratificações por assiduidade por função e nos seguintes termos:

II- Pactua-se, que a gratificação por assiduidade servirá de base, juntamente com o salário da faixa (função).

1ª FAIXA SALARIAL: Faxineiro, Servente de Limpeza, Agente de Conservação, Limpador, Auxiliar Rural.

§ primeiro – Na hipótese do empregado na função de Auxiliar de Serviços Gerais, laboral em setor hospitalar, receberá o adicional de 40%.

§ segundo – Ajusta-se que o adicional de insalubridade, na função hospitalar, deverá ser remunerado, sob a forma de adicional de 40%.

§ terceiro – visando a flexibilidade das transferências para outros setores e a garantia da empregabilidade.

§ quarta – Ajusta-se que o adicional de insalubridade nas áreas críticas será de 40% e na semi-crítica de 20%.

2ª FAIXA SALARIAL: Controlador de estacionamento, , Auxiliar de Jardineiro, Garagista, Arquivista, Auxiliar de Serviços Gerais.

3ª FAIXA SALARIAL: Agente de Portaria, Porteiro Jardineiro, Auxiliar de Pintor, Auxiliar de Pedreiro, Porteiro.

4ª FAIXA SALARIAL: Agente de Transito Terceirizado, Manobrista, Dedetizador, Caixa Terceirizada, Recepcionista.

5ª FAIXA SALARIAL: Coletor de dados, Encadernador, Auxiliar de administração - cbo - 4110 -05, Auxiliar de Serviços Gerais.

6ª FAIXA SALARIAL: Cozinheiro (o cozinheiro recebe + 20% de insalubridade calculado sobre o piso de função).

7ª FAIXA SALARIAL: Apoio técnico, Operador de Empilhadeira, Atendente de público em Bancos, Correio.

8ª FAIXA SALARIAL: Agente administrativo motorizado (veículo fornecido pela empresa), Tratorista, Auxiliar de Serviços Gerais.

9ª FAIXA SALARIAL: Supervisor, Recepcionista Executiva, Auxiliar Operacional Administrativo, Mediador

Parágrafo 1º - O auxiliar metrológico constante na faixa salarial acima, terá as seguintes atribuições:

Manuseio de todos equipamentos necessários para execução dos serviços, quais sejam: se deslocar com instrumentos pré-medidos e/ou da avaliação de conformidade.

I – Supervisores de empresas, assim entendidos, aqueles que, não supervisionam setores específicos e

II – Aqueles supervisores de empresas, que possuam acima de 600 empregados, o salário será acrescido

10ª FAIXA SALARIAL: Oficial de Serviços Gerais (manutenção de edificações – cbo 5143), Técnico de Manutenção

11ª FAIXA SALARIAL: Técnicos agrícolas, Técnico de Manutenção Automotivo, Técnicos em computação

12ª FAIXA SALARIAL: Técnico de Suporte 01: R\$ 2.677,08 + 5% de gratificação de função + Benefícios

13ª FAIXA SALARIAL: Oficial administrativo, Auxiliar Metrológico II (necessitará de nível superior e terá o salário de nível superior: R\$ 3.387,60 + 20% de gratificação de função + Benefícios desta CCT.

FAIXA ESPECIAL I: Agente de arrecadação e Agente recebedor para período de 30 horas semanais R\$ 1.138,67

FAIXA ESPECIAL II: Estivador de cimento, carga e descarga de cimento ou estivador caçambeiro R\$ 1.138,67

FAIXA ESPECIAL III: Zeladores em condomínio, Chefe de setor, Auxiliar de manutenção, Encarregados de manutenção

FAIXA ESPECIAL IV: Coordenador de recursos humanos, Coordenador Operacional, Chefe de departamento

FAIXA ESPECIAL V: Vidraceiro, Pedreiro, Marceneiro, Encanador, Operador de Pá Carregadeira, Pintor

FAIXA ESPECIAL VI: Síndico terceirizado, Gerente e administrador em condomínio mais os benefícios próprios

FAIXA ESPECIAL VII: Salva Vidas (CBO: 5-89.30), Almoxarife R\$ 2.187,90

DEMAIS FUNÇÕES COM SALÁRIOS SUPERIORES: Para os empregados nas demais funções, não constantes na CCT,

DO PISO DA CATEGORIA: O salário normativo é de R\$ 1.047,90 + gratificação por assiduidade de R\$ 400,00

DA GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - Na hipótese de qualquer empregado ser promovido a Líder de equipe, o salário será acrescido

Líder de Equipe:

05 a 10 empregados – piso da categoria + gratificação de função de 20%

11 a 20 empregados – piso da categoria + gratificação de função de 35%

21 a 30 empregados – piso da categoria + gratificação de função de 50%

Acima de 31 empregados prevalecerá à livre negociação.

§ primeiro – Estas gratificações de função, quando do retorno do empregado às suas funções normais, serão incorporadas ao salário.

DOS SALÁRIOS NAS LOCAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E SIMILARES

LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E SIMILARES	SALÁRIO
Frentista – terceirizado	R\$ 1.138,67
Lubrificar em postos de combustíveis - terceirizado	R\$ 1.138,67
Trocador de óleo – terceirizado	R\$ 1.138,67
Auxiliar de escritório - terceirizado	R\$ 1.138,67
Chefe de pista – terceirizado	R\$ 1.364,73
Caixa – terceirizado	R\$ 1.138,67
Gerente – terceirizado	R\$ 1.480,21
Enxugador – terceirizado	R\$ 1.138,67
Recepcionista – terceirizada	R\$ 1.312,89

**Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA INDENIZAÇÃO DO EMPREGADO – (ARTIGO 9º. DA LEI 7.238/84)**

O empregador, que dispensar o empregado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede a data da dispensa, deverá pagar indenização de 30 dias de salário em dobro, no mês de dezembro, o aviso prévio indenizado no mês de novembro.

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DO SALARIO**

A empresa que optar por fazer o pagamento do salário de seus funcionários em CHEQUES ADMINISTRATIVOS, deverá observar o seguinte:

§ primeiro – Ocorrendo comunicações falsas, atrasos injustificados ou, ainda, não relativos ao tomador do cheque, a empresa deverá indenizar o empregado por danos morais e materiais.

§ segundo – Persistindo atrasos de pagamento por parte dos tomadores de serviços acima dos dias de vencimento, bem como os prejuízos a terceiros nos termos do Art. 37º, parágrafo VI da Constituição Federal, a empresa deverá indenizar o empregado por danos morais e materiais.

§ terceiro – Nas hipóteses previstas no item anterior, serão admitidas, como força maior, consoante o disposto no Art. 37º, parágrafo VI da Constituição Federal, as situações de calamidade pública.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONTAS SALÁRIOS**

As empresas deverão abrir contas salários para seus empregados, objetivando uma maior comodidade, bem como maior segurança no pagamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas ficam obrigadas a fornecer a seus empregados comprovante de pagamento (contracheque) em duplicata, assinada pelo responsável pelo pagamento.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

As empresas do segmento poderão, por força deste instrumento de negociação coletiva, saldar até 100% do 13º salário em 12 parcelas, a partir de julho de 2017.

§ ÚNICO - Facultar ao empregador o pagamento da primeira parcela no mês de julho.

#### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA NONA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Em se verificando que o local da prestação de serviços é insalubre, será devido o pagamento do respectivo adicional de insalubridade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA INSALUBRIDADE DA COPEIRA**

Os empregados que trabalharem em copa, preparando em grandes quantidades, café, chá e etc, receberão

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INSALUBRIDADE PARA LIMPEZA E COLETA DE LIXO EM BANHEIROS PÚBLICOS**

Os empregados nestas condições, receberão 10% do salário mínimo.

**Auxílio Alimentação**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

As empresas fornecerão até o dia 15 de cada mês Auxílio-alimentação ao trabalhador, nos seguintes termos:

§ - primeiro - Aos trabalhadores que laborarem em carga horária igual ou superior a 7.20 (sete horas e vinte minutos)

§ - segundo – O auxílio alimentação, previsto nesta CCT, obrigatoriamente, deverá ser concedido, exclusivamente, em forma de vale-alimentação

§ - terceiro – As empresas cadastradas no PAT, poderão descontar até 5% do auxílio alimentação do empregado

§ - quarto – Aos empregados que laborarem a carga horária de 06 (seis) horas não farão jus ao previsto

§ - quinto – No caso de atraso na entrega dos ticket's, a empresa se obrigará a repor os tickets em atraso

§ - sexto – Em residindo o empregado, a mais de 2 mil metros do seu local de trabalho, fará jus a

§ - sétimo Fica assegurado que, aos trabalhadores que por força de contrato da prestadora e tomador, o

§ - oitavo - Registra-se que por força deste pacto exceto quando no local da prestação do serviço tiver residência

Por força deste instrumento de negociação coletiva, ajusta-se que eventuais Ticket's, Ajuda Alimentação

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRÊMIO CESTA BÁSICA A TÍTULO DE ASSIDUIDADE.**

Parágrafo Primeiro - O valor do prêmio será de R\$ 110,00 (Cento e dez reais) por mês, com faculdade de

Parágrafo Segundo - Para efeito do "caput", o trabalhador somente terá direito ao prêmio, desde que não

Parágrafo Terceiro - O prêmio de que trata a presente Cláusula não será incorporado à remuneração por

Parágrafo Quarto - Fica facultado às empresas, o pagamento da Premiação ora instituída, exclusivamente

Itens
01
02
03
04
05
06
07
08
09

Kit de Limpeza e Higiene

Itens
-------

01
02
03
04
05
06
07

Parágrafo Quinto - Nos casos em que o trabalhador ocupar função em substituição, nos contratos celebrados...

Parágrafo Sexto - Fica estipulado que a partir de 01 de janeiro de 2015 nas licitações e contratos vigentes...

Parágrafo Sétimo - No aviso prévio que o funcionário optar pela redução dos 7 (sete) dias, fará jus a cessar...

Parágrafo Oitavo - Fica pactuado que no caso previsto no parágrafo 7º as empresas poderão dividir o valor...

Parágrafo nono - No caso de atraso na entrega da cesta básica, a empresa se obrigara a repor a cesta...

#### **Auxílio Transporte**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO TRANSPORTE ALTERNATIVO**

Àqueles empregados que, por livre vontade, optarem pelo transporte alternativo, aqui instituído, será fornecido...

§ primeiro – Ocorrendo, por parte do empregado, total adesão a esta cláusula, após um ano de efetivo trabalho...

§ segundo – Caso o empregado, por qualquer motivo, deixe o emprego antes de decorridos um ano de trabalho...

§ terceiro – Para os empregados que optarem por este tipo de transporte, não será devido vale transporte...

§ quarto – Após um ano a empresa terá que enviar ao sindicato laboral o termo de entrega da nova bicicleta...

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO TRANSPORTE DE TRABALHADORES.**

As empresas se obrigam a fornecer o vale transporte, exclusivamente para deslocamentos de idas e vindas...

§ primeiro – Os funcionários que fizerem uso indevido dos Vale-transportes serão demitidos por justa causa...

§ segundo – Por força deste instrumento de negociação coletiva, fica expressamente autorizada, a concessão...

§ terceiro - Possuindo a empresa transporte alternativo motorizado, desde que regular e eficiente, poderá...

#### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO SEGURO DE VIDA E DO AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CASO DE MORTE**

Ocorrendo morte do empregado por qualquer motivo, sua família (leia-se mulher e filhos, se houver) deverá receber...

Morte: pagamento de R\$ 5.000,00.

Invalidez total ou parcial, Pagamento de R\$ 5.000,00.

Auxílio-funeral: reembolso de despesas do funeral ao beneficiário ou a quem realizar os gastos, mediante apresentação...

Auxílio - alimentação: Entrega de três cestas básicas, no valor de R\$ 200,00 reais cada uma.

§ primeiro – Por esta cláusula fica convencionado que as empresas contratarão seguro de vida em favor dos empregados...

§ segundo – As empresas terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura da Presente Convenção Coletiva...

§ terceiro – É de responsabilidade da empresa, enviar para a seguradora toda documentação necessária  
§ Quarto - A inadimplência por parte do empregador, importara no seu dever de indenizar ao trabalhador

#### **Empréstimos**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**

(Lei 10.820/2003) – Os sindicatos convenientes, bem como as empresas do segmento, quando solicitadas  
Parágrafo único: O empregador, que devidamente solicitado por escrito pela financeira contratada para

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

##### **Transferência setor/empresa**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA TRANSFERÊNCIA OU MUDANÇA DE SETOR**

O empregado deverá ser informado, por escrito ou através de reunião coletiva, todas e quaisquer mudanças  
§ único – O prazo de informação deverá ser de 48 (quarenta e oito) horas, para que o mesmo fique ciente

##### **Outras normas de pessoal**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

O empregado que substituir outro, no caso de férias ou licença médica terá direito a receber o seu salário

##### **Outras estabilidades**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GARANTIA DA APOSENTADORIA**

A empresa considerará estável, exceto cometimento de falta grave, todo empregado que estiver a 01 (um)

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA ESPECIAL**

As empresas poderão adotar a jornada especial 12 x 36 horas corridas de descanso, sem redução do salário

##### **Descanso Semanal**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO DESCANSO INTRA JORNADA**

Para se adaptar à nova tendência do mercado, quanto à flexibilidade de horário, o descanso intra-jornada será o ÚNICO - As horas de intervalos de no mínimo de 01 hora para repouso ou alimentação não concedido

### **Controle da Jornada**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO BANCO DE HORAS**

Faculta – se às empresas e empregados, por este instrumento, a prática do Banco de Horas, permitindo

§ primeiro – O cálculo da hora extra, será efetivado pela divisão do salário mensal do trabalhador por 22

§ segundo – Fica também, expressamente pactuada, a possibilidade da contratação, no regime denomi

§ terceiro – Considera-se trabalho em regime de tempo parcial, aquele cuja duração não exceda a trinta

§ quarto – O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua

§ quinto – Para atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial, será feita mediante opção ma

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO CONTROLE DE JORNADAS**

Havendo a impossibilidade de real e efetivo controle da jornada de trabalho não serão devidas horas ex

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA OU SERVIÇO TEMPORÁRIO.**

Todos os empregados contratado por empresas para locação de mão de obra ou serviço temporário, es

### **Faltas**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS FALTAS JUSTIFICADAS**

Os Empregados poderão deixar de comparecer ao trabalho sem prejuízo no salário pelos seguintes mo

I - até 4 (quatro) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmã

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III - por 5 (cinco) dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;

IV - por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue dev

V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

§ 1º - As faltas justificadas, assim entendidas aquelas que a lei prevê, não poderão ser descontadas no

§ 2º - Quando o empregado for arrolado ou convocado para comparecer a Justiça, como testemunha, p

§ 3º - Ocorrendo o abandono injustificado do posto de serviços o empregado será demitido por justa cau

### **Turnos Ininterruptos de Revezamento**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO REGIME DE PAGAMENTO OU COMPENSAÇÃO EM TURNOS ININTERRUPTOS**

Por força do artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal e deste Instrumento de Negociação Coletiva estabelecido nesta convenção.

**Outras disposições sobre jornada**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA FOLHA DE PONTO**

Toda empresa que não estiver implantado o cartão de ponto eletrônico, fornecerá a seus empregados (o

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS DESVIOS DE FUNÇÕES**

Parágrafo primeiro - Os prestadores de serviços que utilizarem empregados em funções diversas das que

Parágrafo segundo - Os empregadores que utilizarem-se de convenção coletiva diversa, visando fraudar

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DAS JUSTIFICATIVAS DA AUSÊNCIA**

Será aceito pelas empresas, justificativas a ausência no serviço, por motivo de doença. Os atestados m

As faltas por motivo de doença são justificadas por intermédio de atestados, porém, existe uma ordem p

- Médico da empresa ou do convênio;
- Médico do SESI ou SESC;
- Médico à serviço da repartição federal, estadual ou municipal;
- Médico de serviço sindical;

§ 1º - os atestados incompletos ou duvidosos serão submetidos à análise do Médico contratado pelo sin

§ 2º - não serão aceitos, para efeito de justificativa de ausência, atestados de consulta.

§ 3º - Nos termos do parágrafo único do capítulo IX, art. 105, do código de ética médica, o CID somente

§ 4º - Os atestados médicos deverá ser entregue na empresa com prazo máximo de 24 horas (vinte e q

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ABONO / FALTA / MÉDICO**

Havendo necessidade de levar ao médico o filho menor de 14 (QUATORZE) anos ou INVALIDO, o emp

§ único – em caso de internação e, mediante a apresentação do referido atestado, o pai ou mãe, poderá

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DOS EXAMES OCUPACIONAIS**

As empresas ficam obrigadas a realizar os seguintes exames ocupacionais:

- a) Exame Admissional Obrigatório.
- b) Exame Demissional Obrigatório.



- c) Exame Periódico Obrigatório.
- d) Exame Mudança de função.
- e) Exame Retorno ao trabalho.
- f) Avaliação bucal (junto ao exame admissional).

§ Primeiro – considerando o grande número de atestados médicos fraudulentos, os exames que justifiquem

§ Segundo - A avaliação Bucal deverá ser realizada juntamente com o Exame Admissional.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS TRATAMENTOS ODONTOLÓGICO BÁSICO PREVENTIVO**

Os empregadores deverão fornecer aos seus empregados, gratuitamente, assistência odontológica básica: Limpeza, Extração, Aplicação de flúor e Restauração.

§ Primeiro - Para efetivo cumprimento desta cláusula, o empregador deverá cientificar os empregados v

§ segundo - Para o efetivo cumprimento desta cláusula, o empregador que não cumprir com o aqui esta

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

##### **Condições de Ambiente de Trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA EMPREGADA GESTANTE OU LACTANTE EM LOCAL INSALUBRE**

Só serão permitidas a empregadas nestas condições trabalharem em locais insalubres, mesmo que con

##### **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**

As empresas implantarão o PCMSO, devendo, o médico responsável, responder pela implantação, coo

§ Primeiro - Aos associados ou não ao sindicato patronal que por livre e espontânea vontade, aderirem

§ Segundo - As empresas enviarão ao Sindicato Patronal, mensalmente, a relação de CAGED.

#### **Relações Sindicais**

##### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO DIREITO DE ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS**

Os representantes do sindicato laboral terão acesso aos locais de trabalho dos empregados, para dese

##### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DE SINDICALISTAS**

Nenhuma empresa poderá impedir o afastamento dos diretores, delegados sindicais e conselheiros do S

#### **Garantias a Diretores Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO ABONO AOS DIRIGENTES**

As respectivas empresas que tiverem dirigentes sindicais em seu quadro de funcionário, junto ao Sindicato

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL ANUAL**

As empresas de Asseio, Conservação e locação de mão-de-obra atuantes no estado de Mato Grosso, d  
valor ao empregado que o requerer, por escrito ou via AR juntamente com cópia do holerite. Neste caso  
§ primeiro - O não recolhimento da Contribuição prevista nesta Cláusula e no seu parágrafo primeiro, no  
§ segundo - Ocorrendo descontos nos salários dos empregados e não havendo repasse ao sindicato, o

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LABORAL**

As empresas descontarão mensalmente, na folha de pagamento de todos os empregados sindicalizados  
§ 1º - Da mesma forma, será também descontada em folha de pagamento daqueles empregados sindic  
§ 2º - O não recolhimento da Contribuição prevista nesta Cláusula e no seu parágrafo primeiro, no prazo  
§ 3º - Ocorrendo descontos nos salários dos empregados e não havendo repasse ao sindicato, o mesm

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL**

Conforme decisão da Assembléia Geral da Categoria Econômica, as Empresas de Asseio, Conservaçã  
valor a ser cobrado mensalmente, cada empresa deverá, a cada mês, apresentar o CAGED na secretar

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL E LABORAL**

Os sindicatos convenientes cobrarão da categoria econômica e profissional, a Contribuição Sindical, pre

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIADOS POR ESTA CCT**

Em razão do artigo 611-A da CLT e do fim da contribuição sindical compulsória, o sindicato laboral não s  
ODONTOLOGICO, SEGURO DE VIDA E AUXILIO FUNERAL, INSALUBRIDADE DE 10% PARA COPE  
de todos empregados indistintamente, seja filiado, contribuinte ou não, demandando assim, despesas co  
Por todo o exposto, não há que se negar os importantes e constantes serviços prestados a categoria pe  
Fica ajustado que os empregadores deverão descontar na folha salarial de cada mês, a partir de feverei

As importâncias descontadas deverão ser recolhidas ao SEEAC-MT em guias próprias fornecidas, até o dia 10 de cada mês.

§ PRIMEIRO - Nos meses de janeiro, março e agosto não será descontada a Contribuição da presente CCT.

§ SEGUNDO - Faculta-se o direito de oposição da referida contribuição, logo após o seu desconto, para o Conselho Deliberativo do SEEAC-MT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA LABORAL**

Todas as empresas do segmento, atuantes no Estado de Mato Grosso descontarão no mês de agosto de cada ano a contribuição confederativa, com base na cópia do holerite. Neste caso o SEEAC/MT fará o depósito na conta corrente da empresa que será comunicada ao sindicato.

§ primeiro - O não recolhimento da Contribuição prevista nesta Cláusula e no seu parágrafo primeiro, não acarretará penalidade para a empresa.

§ segundo - Ocorrendo descontos nos salários dos empregados e não havendo repasse ao sindicato, o SEEAC/MT fará o depósito na conta corrente da empresa.

§ terceiro - Após o desconto de todas as contribuições devidas estipuladas nesta CCT e posterior repasse ao sindicato.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA PATRONAL**

§ 1 - A contribuição Assistencial será cobrada no mês subsequente à efetivação da negociação coletiva.

§ 2 - Contribuição Confederativa será cobrada no mês de outubro e será cobrado 02(dois) piso da categoria.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DOS ASSOCIADOS AO SEEAC/MT**

Todo trabalhador filiado à entidade laboral, desejando desfilial-se, deverá encaminhar, por escrito, protocolo de desfiliação.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO CADASTRO DE POSTOS DE SERVIÇOS E RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Com objetivo de preservar e resguardar os direitos e interesses profissionais dos trabalhadores no estado de Mato Grosso.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DOS CONVÊNIOS DO SEEAC/MT**

As empresas se obrigam a descontar das folhas de pagamentos dos empregados até o 10º dia do mês, a contribuição confederativa.

§ Primeiro – Ocorrendo o desconto, nos salários dos empregados e o não repasse, nos termos e forma estabelecida no artigo 15º da Constituição Federal.

§ Segundo - Uma vez protocolado, pelo sindicato laboral, na data prevista nesta cláusula e, não havendo repasse, o SEEAC/MT fará o depósito na conta corrente da empresa.

§ terceiro – As empresas comprometem-se a comunicar ao sindicato Laboral até dia 15(quinze) de cada mês o valor da contribuição confederativa.

§ quarto – Os empregados que estiverem afastados da empresa por algum motivo e utilizarem os convênios firmados pelos sindicatos laboral, patronal ou empresas;

§ quinto – O empregador poderá efetuar descontos no salário dos empregados nas seguintes situações:

- a) Em caso de dano ou prejuízo causado pelo empregado, por culpa ou dolo;
- b) Adiantamentos autorizados expressamente pelo empregado;
- c) Convênios firmados pelos sindicatos laboral, patronal ou empresas;

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO DIRIGENTE SINDICAL/ FGTS**

A empresa que tiver empregado, sendo este eleito para cargo da diretoria do sindicato laboral e estando

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DO SERVIÇO SOCIAL**

Em parceria entre Sindical laboral e patronal, fica pactuado que toda empresa com vagas em seu quadro

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DO EXPEDIENTE NO SINDICATO LABORAL**

O Sindicato Laboral funcionará no horário 06 horas corridas para melhor comodidade de atendimento a

§ primeiro – O Sindicato Laboral deverá comunicar o sindicato patronal e Delegacia Regional do Trabalho

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DAS HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO**

§ 1: °Todas as empresas deverão homologar as rescisões de demissões, pedidos de demissões com 01

§ 2 ° No ato da solicitação de agendamento das homologações dos empregados, a empresa solicitante

Para a efetivação das homologações de rescisões trabalhistas, na sede do sindicato laboral, os empregados

- a) Carta de preposição ou contrato social da empresa
- b) CTPS do empregado
- c) TRCT – Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho
- d) C. D – Seguro Desemprego
- e) Chave de conectividade do FGTS
- f) Multa do FGTS devidamente recolhida
- g) Extrato analítico do FGTS
- h) Exame médico demissional

§ 3° – O pagamento deverá ser feito preferencialmente em dinheiro ou comprovado com a apresentação

§ 4° – Na impossibilidade do deslocamento de empregados até a sede do sindicato laboral, para a efetivação

§ 5° – O pagamento da TRCT deverá ser feito preferencialmente em dinheiro ou comprovado com a apresentação

§ 6° – qualquer empresa do segmento poderá homologar rescisões no sindicato laboral, desde que agende

§ 7° – O agendamento das homologações de TRCT's poderá ser efetuado pelo tel.: (65) 3023-2576 ou v

§ 8° - Ressalvada disposição mais favorável, a formalização da rescisão assistida não poderá exceder:

- 1 – O primeiro dia útil imediato ao término do contrato, quando o aviso prévio for trabalhado; ou
- 2 – O décimo dia, subsequente a data da comunicação da demissão, no caso de ausência e aviso prévio
- 3 - Os prazos são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento
- 4 - Se o dia do vencimento recair em Sábado Domingo ou feriado, o termo final será antecipado para o dia anterior

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DO TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL**

Com base no artigo 507-B da CLT, as empresas interessadas e solicitantes do termo de quitação anual

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO DESTA CONVENÇÃO COLETIVA**

Objetivando resguardar os interesses coletivos e individuais da categoria como um todo, e por força des para a propositura da Ação, o comprovante de Regularidade previsto nesta CCT, ficando estipulada a m § 1º - No caso de entidade pública federal, estadual ou municipal que, sem a efetivação de concurso pú Federal e 37º parágrafo 6º).

§ 2º - Face ao dever de comprometimento com a ordem interna nacional (preâmbulo da Constituição Fe dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37º caput, da Co da categoria.

§ 3º Ressalta-se que em virtude das deliberações acerca da reforma trabalhista, que exigiram uma maio

## **Disposições Gerais**

### **Regras para a Negociação**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO FIRMADA ENTRE O SEEAC/MT – SINDICATO DOS EMP seus presidentes, RONE RUBENS DA SILVA GONSALES e NILSON MOREIRA BARBOSA aceitam nos O segmento ressalta a natureza jurídica das Negociações Coletivas, especialmente, a todos aqueles lig portanto, dentro da categoria a que se destina, é, também, verdadeira FONTE do Direito. Neste sentido para a adaptação peculiar de cada segmento. A Leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à ine

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - FLEXIBILIZAÇÃO NOS LIMITES DA LEI**

Os sindicatos convenientes declaram que a negociação coletiva, ora pactuada, decorreu de concessões

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DO COMPROVANTE DE REGULARIDADE CONVENCIONAL**

Fica instituído, por este instrumento, o Comprovante de Regularidade Convencional, o qual será emitido

§ primeiro – Fica criado o SELO de REGULARIDADE CONVENCIONAL

§ segundo – Fica expressamente determinado que: a solicitação do referido comprovante deverá ser RE

§ terceiro – Havendo irregularidade, tanto na esfera laboral quanto na patronal, será expedido o COMPP

§ quarto - DOS ACORDOS COLETIVOS – O sindicato laboral, para a efetivação de Acordos Coletivos, n

§ quinto - Para a emissão do comprovante de regularidade, previsto nesta cláusula, os empregadores co

a) Relação dos empregados da empresa, relacionados por setor

b) CAGED's do últimos 60 dias'

c) Comprovante de quitação do FGTS do último 60 dias (Guia de Recolhimento)

d) Certidão Negativa de Débito INSS (Receita Federal do Brasil)

e) Comprovante de quitação das contribuições laboral e patronal prevista em lei (art. 578 da CLT) e na p

f) Comprovante do cumprimento Normas Regulamentadora

g) Comprovante da efetivação dos seguros previstos nesta CCT - (Apólice).

h) Comprovante da efetivação do tratamento básico odontológico gratuito previsto nesta CCT - (Contrato

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

As empresas enviarão ao Sindicato laboral, semestralmente, a relação de nomes dos empregados

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DA RELAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS SETORES DE SERVIÇOS**

As empresas se obrigam, por este instrumento, a enviar aos sindicatos convenientes, semestralmenteb,

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DOS UNIFORMES**

Fica assegurado ao empregado o fornecimento do crachá e uniforme, GRATUITAMENTE, mediante recibo.

§ primeiro - Se o empregador exigir tipo e/ou cor de calçado o mesmo passa a integrar o uniforme.

§ segundo - A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta.

§ terceiro - Ocorrendo descaracterização do uniforme, provocada pelo empregado, este deverá ressarcir o valor.

§ quarto - As empresas não poderão cobrar o valor do uniforme, exceto em virtude de mau uso, perda irreparável.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR**

Quando a empresa fizer a capacitação do trabalhador e o mesmo sair da empresa antes de completar o curso, a empresa deverá ressarcir o valor do curso.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA**

As empresas que participarem de licitações publicas, realizadas em território do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão apresentar a seguinte documentação:

Parágrafo primeiro – A empresa que não possuir, no momento da licitação, empregados no Estado de Mato Grosso do Sul, deverá apresentar a seguinte documentação:

Parágrafo segundo – As empresas que, eventualmente, declararem estarem cumprindo toda a legislação trabalhista, deverão apresentar a seguinte documentação:

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREGADO**

Quando houver solicitação pelo empregado, mesmo após a rescisão, para preenchimento de formulário de rescisão, a empresa deverá fornecer o mesmo.

§ único - As empresas deverão fornecer aos seus EX-EMPREGADOS, desde que solicitado por estes, o formulário de rescisão.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DAS MEDIDAS RELATIVAS A ENGENHARIA, SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE**

Todas as empresas do segmento deverão implantar e manter as seguintes normas regulamentadoras:

NORMA REGULAMENTADORA Nº 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT

NORMA REGULAMENTADORA Nº 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA: Estabelece a existência desta NR, são os artigos 163 a 165 da CLT.

NORMA REGULAMENTADORA Nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI: Estabelece e define as condições de uso e manutenção.

NORMA REGULAMENTADORA Nº 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais: Estabelece a dos recursos naturais. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à ex

NORMA REGULAMENTADORA Nº 10 - Instalações e Serviços em Eletricidade: Estabelece as condições ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, são os artigos 179 a 181 da

NORMA REGULAMENTADORA Nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Mate

NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 - Atividades e Operações Insalubres: Descreve as atividades, op

NORMA REGULAMENTADORA Nº 16 - Atividades e Operações Perigosas: Regulamenta as atividades agente perigoso é a Lei nº 7.369 de 22 de setembro de 1985, que institui o adicional de periculosidade

NORMA REGULAMENTADORA Nº 17 - Ergonomia: Visa estabelecer parâmetros que permitam a adapt

NORMA REGULAMENTADORA Nº 21 - Trabalho a Céu Aberto: Tipifica as medidas prevencionistas rela

NORMA REGULAMENTADORA Nº 23 - Proteção Contra Incêndios: Estabelece as medidas de proteção

NORMA REGULAMENTADORA Nº 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho: Dis

NORMA REGULAMENTADORA Nº 25 - Resíduos Industriais: Estabelece as medidas preventivas a ser

NORMA REGULAMENTADORA Nº 26 - Sinalização de Segurança: Estabelece a padronização das core

NORMA REGULAMENTADORA Nº 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saú

NORMA REGULAMENTADORA Nº 33 - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados: Tem

§ primeiro – A implantação, coordenação e manutenção das normas regulamentadoras, acima elencada

§ segundo - Apartir desta CCT as empresas fica obrigada a apresentar aos sindicatos convenientes o L

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ORGANIZAÇÃO PATRONAL**

O Sindicato patronal poderá, a seu critério, organizar as empresas em grupo de associadas ou não, inte

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS**

DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS, DO PROCESSO DE J

Por este instrumento de negociação coletiva, os sindicatos convenientes DEVERÃO ADERIR aos meios

§ 1º - Os acordos e/ou conciliações serão efetivados por, no mínimo, 01 (um) advogado representante d

§ 2º - O empregado, por livre escolha, poderá ser representado por advogado do sindicato laboral. (art.

§ 3º - O empregador, por livre escolha, poderá ser representado por advogado do sindicato patronal. (ar

§ 4º - O centro de acordos e conciliações extrajudiciais trabalhistas, referido neste instrumento, deverá f

§ 5º - As deliberações de acordo e/ou conciliações obedecerão à ordem cronológica das solicitações po

Inciso I - Na hipótese de ser provocada audiência extrajudicial de acordos e/ou conciliação por iniciativa

Inciso II - Fica expressamente proibido aos membros do centro e às pessoas que estiverem participando

§ 6º - As empresas e empregados deverão estar presentes e representados, por advogado(s) de sua liv

§ 7º - Nenhum empregado ou empregador será obrigado a aceitar os advogados laborais ou patronais c

§ 8º - Toda e qualquer rescisão de contrato de trabalho por acordo entre as partes, deverá efetivar-se pe

§ 9º - Não prosperando o acordo, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativ

§ 10º - Não prosperando o conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da te

§ 11º - As conciliações obedecerão ao disposto no artigo 625-E e seguintes da CLT e a tentativa antes d

§ 12º - O centro de acordos extrajudiciais e as Comissões de Conciliação Prévias aqui pactuadas poder

§ 13º - O termo de acordo ou conciliação são títulos executivos extrajudiciais e terão eficácia liberatória

§ 14º - É competente para a execução dos referidos títulos executivos extrajudiciais o juízo que tem com

§ 15º - O centro de acordo vincula o seu período de funcionamento, para todo e qualquer efeito, ao perí

Inciso I – Fica cristalinamente pactuado que, ocorrendo dissídio coletivo ou qualquer tipo de atraso nas negociações, fica pactuado que, em caso de greve, a empresa se compromete a manter o funcionamento normal das atividades essenciais, sem prejuízo de outros necessários à manutenção da ordem pública.

§ 16º - Objetivando a diminuição dos custos operacionais, fica EXPRESSAMENTE acordado, neste instrumento, que a empresa se compromete a manter o funcionamento normal das atividades essenciais, sem prejuízo de outros necessários à manutenção da ordem pública.

§ Único – Fica RESGUARDADA, porém, a autonomia do centro no que se refere à representatividade dos trabalhadores.

§ 17º - Esta Cláusula servirá também como Regimento Interno do centro de apoio a acordos extrajudiciais.

§ 18º - Farão parte dos processos de acordos os seguintes documentos, sem prejuízo de outros necessários à manutenção da ordem pública.

**DO EMPREGADOR:**

Cópia do contrato social e carta de preposição, quando necessária.

Solicitação, de audiência de conciliação.

Demais documentos

**DO EMPREGADO:**

Carteira de trabalho

Solicitação da audiência (quando efetivada pelo empregado)

Demais documentos

O custeio dos acordos e/ou conciliações extrajudiciais serão tratados com os respectivos advogados. As despesas com cartório – papéis, documentos etc., será suportado única e exclusivamente pela empresa.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DAS DESPESAS CARTORIAIS COM ACORDOS COLETIVOS**

O custo com cartório – papéis, documentos etc., será suportado única e exclusivamente pela empresa.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DA CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO**

Fica pactuado que o sindicato laboral poderá optar a realização de uma confraternização de fim de ano.

Parágrafo único – os valores arrecadados serão usados para aquisição de brindes, alimentos e aluguel de espaço para a realização da confraternização.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DO JUÍZO COMPETENTE**

As dúvidas e divergências surgidas quanto ao cumprimento da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO serão resolvidas pelo Juízo competente.

**CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - DAS PROVISÕES DE ENCARGOS SOCIAIS POR TOMADORES DE SERVIÇOS – RESERVA**

Objetivando resguardar os interesses coletivos e individuais da categoria como um todo, e por força dos dispositivos da Constituição Federal (CF) e defensores dos interesses individuais ou coletivos do setor.

Havendo discordância, por parte de qualquer dos sindicatos, patronal ou laboral, este, deverá elaborar o projeto de resolução da discordância.

NILSON MOREIRA BARBOSA

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO EST MT



RONE RUBENS DA SILVA GONSALES

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS, DE ASSEIO, CONSERVACAO E LOC

**ANEXOS**

**ANEXO I - ATA SEEAC MT**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - PARÂMETROS PARA COTAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet